

Para aprender o básico, é preciso ir além



» BEATRIZ ALQUÉRES
Gerente executiva de Advocacy
do Instituto Ayrton Senna

No Brasil, 72% dos estudantes de 15 anos dizem ter curiosidade sobre muitos assuntos diferentes e 59% relatam aplicar esforço adicional quando o trabalho se torna desafiador. Além disso, 82% afirmam que, na maioria das aulas de ciências, seus professores demonstram interesse pela aprendizagem de cada aluno, percentual superior à média da OCDE, segundo dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes(Pisa) divulgados nesta terça-feira. Nossos estudantes querem aprender. Nossos professores querem ensinar. Por que transformamos tão pouco dessa disposição em aprendizagem significativa nas escolas brasileiras?

O Pisa é uma avaliação que traz questões complexas nas áreas de leitura, matemática e ciências, nas quais os estudantes precisam mobilizar não apenas diferentes conhecimentos, mas também competências como persistência, criatividade e organização do pensamento. Afinal, aprender não depende apenas do domínio de conteúdos, mas da capacidade de mobilizá-los diante de situações novas e complexas. Essa combinação de conhecimentos e competências está justamente entre os fundamentos da educação integral, abordagem que rege a educação no Brasil, presente na Constituição Federal, na Base Nacional Comum Curricular e em outras normativas que orientam as políticas nacionais.

No entanto, os resultados estagnados que observamos no Pisa desde 2015 podem apontar o

quanto ainda não estamos conseguindo oferecer experiências e condições de aprendizagem para que nossos estudantes se desenvolvam amplamente. O contexto socioeconômico importa, mas não explica sozinho o desempenho. O Pisa mostra que a aprendizagem está associada a um conjunto de fatores que passam pelo apoio docente, pelo clima em sala de aula, pela frequência escolar e pelo apoio familiar, mas também por competências como curiosidade, persistência e autorregulação. Estudantes curiosos, por exemplo, tendem mais a conectar conteúdos novos ao que já aprenderam; a persistência é associada ao uso de estratégias de aprendizagem.

Em uma aula de matemática, educação integral não significa interromper a matemática para ter uma “aula de persistência”. É colocar o aluno diante de um problema para o qual ele precise tentar estratégias diferentes, errar, revisar a estratégia, explicar seu raciocínio e escutar como outro estudante resolveu. Em língua portuguesa, não é ter uma “atividade de criatividade” na sexta-feira. É discutir um texto para o qual não exista apenas uma interpretação previamente esperada pelo professor. Em ciências, é menos “qual é a resposta correta?” e mais também “como você chegou até ela?”, “que hipótese explicaria isso?”, “que evidência faria você mudar de ideia?”.

Um dado interessante do Pisa é o aumento do que eles chamam de “respostas apressadas”, associadas a maiores chances de erro. Mais do que explicar esse comportamento, cabe perguntar se estamos oferecendo experiências que ensinem os estudantes a sustentar a atenção, persistir diante da dificuldade e ler com profundidade. Como a escola pode se limitar aos conteúdos curriculares sem desenvolver também essas competências?

Se queremos promover uma aprendizagem que integre conhecimentos e competências,

precisamos também perguntar em que medida nossas avaliações consigam enxergá-la. Como especialistas têm apontado, as avaliações nacionais historicamente vêm sugerindo uma melhora na aprendizagem dos nossos estudantes. Sem comparar diretamente avaliações tão diferentes, a distância entre esses resultados deveria ao menos nos provocar: será que estamos captando todas as dimensões da aprendizagem que queremos promover?

Talvez, nossas avaliações nacionais ainda iluminem apenas uma parte daquilo que precisamos enxergar.

Essa questão nos leva a uma provocação latente no debate educacional atual. Temos resultados ruins relacionados às aprendizagens básicas, mas será que para avançar nisso podemos olhar apenas para o básico? Temos tempo? Será possível melhorar na aprendizagem se endereçarmos apenas os conteúdos das disciplinas curriculares e ponto-final?

Em breve, teremos eleições e novos governos assumirão posições e responsabilidades com nossos estudantes e jovens. Debater com todos os envolvidos uma educação que dialogue com as necessidades atuais é não apenas oportuno, como deveria ser mandatório. Assim como o aprimoramento das avaliações nacionais e estaduais, para que possamos olhar e iluminar outros fatores para além da aprendizagem tradicional.

Talvez o desafio não esteja na falta de disposição de estudantes ou professores, mas nas oportunidades que oferecemos para que essa disposição se transforme em aprendizagem. Se queremos resultados diferentes, precisamos ampliar não apenas o que ensinamos, mas como ensinamos e aquilo que escolhemos avaliar. Educação integral não é algo a acrescentar depois que o básico estiver resolvido. Pode ser justamente uma das condições para que o básico seja, de fato, construído.

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



Quando a despesa pública muda de nome



» VALDIR OLIVEIRA
Ex-secretário de
Desenvolvimento Econômico
do Distrito Federal

Imagine uma família reunida à mesa da cozinha. De um lado, as contas. Do outro, a renda do mês. Ela pretende pedir um empréstimo e precisa demonstrar que tem capacidade para pagá-lo.

A conta não fecha com folga. Em vez de reduzir os gastos, porém, a família retira algumas despesas da coluna considerada nesse cálculo e as registra separadamente. A planilha fica mais bonita. Parece que passou a sobrar dinheiro. Mas nenhuma conta foi paga ou eliminada. Elas apenas mudaram de coluna.

Guardadas as diferenças, essa cena doméstica ajuda a compreender o que está acontecendo com as finanças do Distrito Federal. Segundo reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, parte dos gastos que antes aparecia como despesa corrente passou a ser registrada como despesa de capital. Em outras palavras, algumas despesas trocaram de gaveta.

Na contabilidade pública, cada gaveta tem uma função. Em uma, ficam os gastos do dia a dia, necessários para manter o governo funcionando. Em outra, aparecem despesas como obras, equipamentos e outras aquisições que ampliam o patrimônio público.

O problema é que a Capacidade de Pagamento, a Capag, olha com atenção especial para a primeira gaveta. É ela que mostra quanto da receita já está comprometido com as despesas recorrentes do governo. Se alguns gastos são retirados dessa gaveta, ela fica mais leve. E, quando a gaveta fica mais leve, a nota pode melhorar.

O dinheiro gasto, entretanto, continua sendo o mesmo. A gaveta emagrece. O caixa, não. É nesse ponto que uma mudança que parece apenas contábil começa a produzir efeitos fora da planilha. A Capag funciona como uma nota de crédito do governo. Quanto melhor essa nota, maior a possibilidade de conseguir novos empréstimos com garantia da União.

Nos últimos meses, o GDF passou a anunciar uma recuperação fiscal surpreendentemente rápida. Divulgou que o resultado de 2026 para um dos indicadores da Capag teria alcançado 84,37%. Como o cálculo oficial também considera os dois anos anteriores, porém, o índice permanecia em 90,99%.

Mesmo assim, o governo passou a dizer que o Distrito Federal já apresentaria condições equivalentes à Capag A. A classificação oficial vigente atribuída pelo Tesouro Nacional continua sendo Capag C.

A distância entre o C oficial e o A anunciado já levantava dúvidas. A notícia de que algumas despesas mudaram de classificação acrescentou uma pergunta inevitável: a situação financeira melhorou ou foi a planilha que mudou?

Essa dúvida seria relevante em qualquer momento. Agora, é decisiva. A melhora anunciada faz parte da tentativa de viabilizar um

empréstimo de até R\$ 6,6 bilhões para socorrer o Banco de Brasília, o BRB. A nova dívida é grande, e o risco não ficará preso em uma coluna da contabilidade. O governo aposta que os dividendos futuros do BRB ajudarão a pagá-la. Se o banco não conseguir gerar dividendos suficientes, a diferença terá de ser coberta pelo orçamento público.

O orçamento público não é dinheiro sem dono. É o dinheiro que financia hospitais, escolas, segurança, transporte e obras. No fim da linha, é o dinheiro da mesma família que começou esta história sentada à mesa da cozinha.

É preciso lembrar, ainda, que o ano não terminou. O governo divulgou resultados positivos de alguns meses e passou a projetar uma sobra bilionária no encerramento de 2026. Mas existem obrigações já assumidas e ainda não pagas.

É como olhar o saldo da conta no dia anterior ao vencimento do cartão. O dinheiro aparece no aplicativo, mas boa parte dele já tem destino.

Por isso, resultado parcial não é balanço anual. Projeção não é dinheiro em caixa. Simulação do governo não é nota oficial do Tesouro. E conta colocada em outra gaveta continua sendo conta.

Também é preciso separar duas histórias. Uma é a situação financeira do Distrito Federal. Outra é a crise provocada pelas operações do BRB com o Banco Master. O banco precisa de uma solução, mas ela não pode depender de uma fotografia retocada das contas públicas nem transferir silenciosamente o risco para o contribuinte.

Na contabilidade, uma despesa pode mudar de coluna, de classificação ou de gaveta. Na vida real, porém, mudar o nome de uma conta não faz a conta desaparecer.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

O Supremo diante do espelho...e da história

Na noite do feriado nacional de 7 de Setembro, 13 ministros aposentados do Supremo Tribunal Federal (STF) protagonizaram um ato sem precedentes nos 135 anos de história da Corte. Os magistrados enviaram uma carta conjunta ao atual presidente, ministro Edson Fachin. O documento exige a convocação urgente de uma sessão pública do plenário. Essa reunião visa apurar denúncias graves com observância estrita às garantias do devido processo legal. A iniciativa reúne 10 ex-presidentes e três decanos de diferentes gerações. Esse movimento inédito evidencia o aprofundamento da crise de credibilidade no STF.

Assinaturas

O grupo inclui juristas de expressivo relevo histórico, como Néri da Silveira, Francisco Rezek, Sydney Sanches, Celso de Mello e Carlos Velloso. Também assinam o manifesto os ministros Ilmar Galvão, Nelson Jobim, Ellen Gracie, Cezar Peluso, Ayres Britto, Joaquim Barbosa, Eros Grau e Rosa Weber. Esse conjunto de juristas atravessou momentos marcantes da República, desde a redemocratização até a Operação Lava-Jato. Por outro lado, analistas notaram a ausência de nomes recém-aposentados, como Luís Roberto Barroso, Marco Aurélio Mello e Ricardo Lewandowski. Essa lacuna gera intensas interpretações nos bastidores de Brasília.

Origem da tensão

O estopim da atual turbulência envolve investigações sobre o Banco Master. A Polícia Federal periciou o celular do ex-controlador da instituição financeira, Daniel Vorcara. O relatório policial revelou mensagens sobre contratos jurídicos entre o banco e um escritório ligado à família do ministro Alexandre de Moraes. Em 1º de setembro, o ministro André Mendonça retirou o sigilo desse relatório de inteligência. A decisão acelerou os atritos internos no tribunal de forma pública.

Não funciona mais

A carta de ex-ministros do STF surge justamente como um gesto de contenção institucional. O texto evita citar nominalmente Moraes ou Mendonça e omite o nome da instituição financeira. Os signatários afirmam expressamente: “A apuração rigorosa e pública dos fatos é o único caminho para preservar a higidez da prestação jurisdicional”. Os decanos destacam que a transparência atua como antídoto contra disputas veladas e pressões populares. A manifestação ganha peso porque parte da história viva da Corte.

Desafio da transparência

A crise institucional no Supremo Tribunal Federal exige respostas imediatas, transparentes e fundamentadas. Os ex-ministros manifestaram plena confiança na condução dos trabalhos por Edson Fachin. Contudo, a mensagem impõe uma cobrança implícita ao fixar expectativas públicas sobre a atuação do plenário. O presidente do STF declarou recentemente: “A resposta institucional será firme, rigorosa e sem atalhos, pois a gravidade dos fatos exige o cumprimento estrito das normas constitucionais”. Em movimento inicial, Fachin abriu prazo de cinco dias para manifestação formal dos envolvidos.

Confiança

Estatísticas do próprio STF indicam que decisões monocráticas representaram mais de 80% das deliberações nos últimos anos. O dado reforça as críticas de especialistas sobre a falta de colegialidade no tribunal. A investigação do Banco Master/Alexandre de Moraes atrai forte acompanhamento da opinião pública e da imprensa internacional. Pesquisas recentes de institutos independentes mostram que a confiança da população no Poder Judiciário caiu para níveis inferiores a 35%. Esse índice demonstra a urgência de medidas restauradoras.

Corte

A realização de uma sessão pública do plenário apresenta um teste crucial para a estabilidade democrática. A Corte precisa demonstrar capacidade técnica para apurar condutas de seus integrantes sem protecionismo corporativo. O respeito rigoroso ao devido processo legal no STF protege tanto os investigados quanto o próprio Estado Democrático de Direito.

Virtude ou vício?

Em suma, o Supremo julga as próprias condutas perante a sociedade brasileira. A população exige a aplicação dos mesmos padrões de transparência cobrados dos demais Poderes da República. A resposta da atual composição aos decanos definirá a preservação da autoridade moral do tribunal.

A frase que foi pronunciada:

“É essencial investigar todos, sem proteger ninguém, por mais que se machuque”

Luiz Inácio Lula da Silva

História de Brasília

O ministro Sampaio Costa entregou, ontem, a Sala dos Advogados no Bloco 6 da Esplanada dos Ministérios. Foi homenagear os advogados e recebeu consagrada manifestação, transferindo a homenagem para a pessoa do presidente do Tribunal Federal de Recursos. (Publicada em 26/5/1962)